

Em 2020 no país ocorreram enchentes, desmatamentos, queimadas, ciclone bomba, nuvem de gafanhoto, animais invasores e uma pandemia sem precedentes na história moderna; definitivamente foi um ano impactante para a saúde e para o meio ambiente e ainda o terceiro ano mais quente já registrado, devido as mudanças climáticas.

O ano começou com a Austrália em chamas e o fogo consumindo cerca de 115 mil km² de florestas, provocando vítimas fatais e afetando milhares de famílias. O desastre maior foi com a biodiversidade, o fogo dizimou cerca de milhões de mamíferos, bilhões de répteis e milhões de pássaros. No primeiro semestre de 2020, no Brasil em muitas cidades ocorreram chuvas fortes, que causaram alagamentos recordes e destruição. No mesmo tempo em que outras cidades, como Curitiba por exemplo, registravam recordes de estiagem. Para os especialistas, esses extremos do clima são reflexos das mudanças climáticas. Fenômeno que afeta a biodiversidade, o equilíbrio dos ecossistemas e as pessoas, com restrição ao abastecimento de água, falta de energia e aumento de tarifas, entre outras consequências.

Inexoravelmente dois mil e vinte entrou para história como o ano da pandemia provocada pela Covid-19. Desde a detecção do primeiro caso de infecção pelo coronavírus (Sars-CoV-2) no fim de 2019, já foram registrados no mundo 75 milhões de pessoas com Covid-19 e mais de 1,5 milhão de mortes. No Brasil, são 7 milhões de infectados e quase 190 mil óbitos até o dia 21 de dezembro. Números estes que contrastam com o descaso com o qual a pandemia foi tratada pelo governo e por parte considerável da sociedade brasileira.

Já no início do ano, o Rio de Janeiro passou por uma das piores crises hídricas vividas no estado. Milhares de pessoas receberam por semanas da Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE água com cheiro e gosto ruins, e parte da população relataram fortes cólicas e náuseas. A água bruta estava contaminada com fezes humanas e microrganismos "potencialmente patogênicos e tóxicos", além de esgoto industrial. Foi preciso o Ministério Público, a Fiocruz e a Universidade intervirem para solucionar o problema.



Durante o ano todo de 2020 ficou evidente a omissão do governo brasileiro, em proteger o patrimônio ambiental do país; principalmente o Bioma Pantanal, onde entre janeiro e setembro, mais de 40% do Bioma foi consumido pelo fogo. Cerca de 18,646 km² do território do Pantanal foram queimados. Foram extintas mais de 462 espécies de aves, 263 espécies peixes de água doce, 104 espécies de mamíferos e 41 espécies de répteis; foram queimados vivos milhares de animais.

Na Amazônia não foi diferente, a região seguiu o ano todo batendo recordes negativos de destruição. No atual governo, o desmatamento do bioma atingiu 11.088 km², entre agosto de 2019 e julho de 2020, segundo dados oficiais do PRODES. Para ter noção a área derrubada ou queimada é equivalente a 1,58 milhão de campos de futebol, 4.340 campos de futebol por dia, ou 3 campos por minuto. Os desmatamentos e queimadas na Amazônia impediram que os rios voadores chegassem ao Pantanal.

Com mais de 3.299 espécies ameaçadas de extinção, o Brasil encerrou este ano a Década da Biodiversidade, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para proteger as espécies do planeta. De acordo com o balanço final da Década, divulgado pela entidade, nenhuma das metas definidas pelo País para o período foi atingida. Em uma reunião ministerial, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou que o governo deveria aproveitar o foco da imprensa na cobertura da pandemia do novo coronavírus para "passar a boiada" ou seja, alterar e minimizar as regras e leis ambientais. Em seguida no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA foram alteradas as representações da sociedade civil e as leis de proteção aos manguezais e restingas.

Em 2020 o país também conviveu com eventos climáticos incomuns ao longo do ano, como o ciclone bomba, que prejudicou mais gravemente a região Sul do país, e a nuvem de gafanhotos, ocasionada pelas mudanças climáticas e por práticas não sustentáveis de agricultura.

A pandemia do coronavírus impôs quarentena e o distanciamento social, mas isso não significou isolamento, ao contrário. No Brasil, muitos cientistas, ambientalistas, professores e estudantes não pouparam a criatividade para continuar conectados e realizar atividades de engajamento, de forma online ou distanciada. Ocorreram milhares de atividades, entre palestras, treinamentos e debates, nas salas de conferência virtual. Também durante a pandemia, foram verificados aumentos na religiosidade, as pessoas se tornaram mais abstinentes, economizaram dinheiro, ficaram avessas ao risco. A perda de renda devido à desaceleração econômica, provocou uma redução considerável na poluição do ar, tanto pela redução da movimentação de veículos no planeta como pela desaceleração industrial.

No segundo semestre foram destaques no noticiário, o episódio da cobra naja (espécie exótica no país) e a chegada das sementes chinesas pelos correios. Ambos os casos trouxeram à tona a questão das espécies exóticas invasoras, capazes de causar sérios distúrbios aos ecossistemas.



Finalmente, 2020 foi marcado por posicionamentos enfáticos de grandes empresas e bancos (como Itaú, Bradesco e Santander) na proteção e conservação do meio ambiente. Setores da agricultura e pecuária estão convencidos de que o futuro das organizações tem de envolver uma estratégia consistente de ESG "*Environmental, Social and Corporate Governance*"; em português, "*Governança Ambiental, Social e Corporativa*". Os banqueiros afirmaram que: "*A empresa que não se preocupar com a responsabilidade social, ambiental, ecológica, inclusiva e com a diversidade não terá futuro*". Os três maiores bancos citados já se comprometeram a não financiar mais empresas que não respeitarem o meio ambiente. Afirmaram ainda que: "***Não dá para fazer a preservação da Amazônia com esgoto não tratado. Não dá para falar de Amazônia, se São Paulo, a cidade mais rica do país, tem um rio***

Pinheiros poluído por causa de problemas com saneamento", disse o presidente de um dos bancos, ao ressaltar que o **Marco Legal do Saneamento**, aprovado em julho pelo Senado, é um avanço extraordinário na agenda ecológica.

Apesar da ausência do poder executivo na gestão ambiental do país em 2020, houve uma crescente conscientização da sociedade brasileira em prol do desenvolvimento sustentável, que requer políticas públicas efetivas de saneamento, meio ambiente e sustentabilidade. Por último a eleição do presidente Joe Biden nos Estados Unidos, com o retorno do país ao Acordo de Paris, irá fortalecer a política ambiental global e provavelmente desencadear pressões ao Brasil, vindas a partir da perda de investimentos estrangeiros, boicote a produtos nacionais e sanções comerciais.

** Prof. John E. Tatton é Colunista da Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp, trabalhou por 40 anos na Sabesp, onde foi criador e coordenador do PEA Sabesp. Atualmente é professor de Saneamento Ambiental na Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e Presidente da Associação Guardiã da Água.*